

DF: mais contato com as cidades vizinhas

No I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, organizado pela Comissão do DF do Senado, o professor José Alexandre Diniz, do Departamento de Geociências da UnB, focalizou, então, os problemas de relacionamento da Capital da República com sua periferia, assinalando que esta é responsável pelas correntes migratórias do mais baixo "status" sócio-econômico.

"Esse relacionamento" - acentuou - "se encontra numa fase preliminar, de maneira reduzida e é feita, sobretudo, com relação a materiais de construção e mão-de-obra não qualificada".

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Acha o professor José Alexandre Diniz que, se a tendência natural é o desenvolvimento em pinças, pode-se correr o risco de se pensar que Brasília teria condições de continuar esse processo por si só, ao longo das estradas que dela partem. Para ele, isto é muito difícil de ocorrer, em função da insuficiência dos estímulos que o DF apresenta na atual fase.

"É claro" - prosseguiu - "que Brasília pode e deve se relacionar com os centros dinâmicos do 'corredor' de ligação com o sudeste, inclusive estimulando um maior desenvolvimento industrial para absorção de mão-de-obra e atendimento à demanda da própria Capital. É fundamental que se volte, também, para a sua periferia mais próxima. Sem isso, Brasília corre o risco de se ver instalada num bolsão subdesenvolvido e de estar contribuindo para um agravamento das desigualdades regionais. E esse desequilíbrio sobrecarregaria Brasília pelas relações de dependência que se processariam. A periferia desequilibrada escoaria mão-de-obra sem qualificação e viria em busca de serviços e comércio, afetando de forma imprevisível o próprio planejamento da Capital.

TERRA AGRÍCOLA

Ressaltou o professor que a zona periférica de Brasília não só está mudando quanto à repartição da sua população, mas também na distribuição da terra agrícola. Observou uma tendência para concentração ao Norte do DF e uma tendência à equidistribuição ao Sul, e que três processos podem ser identificados na área, provavelmente ligados à presença de Brasília, à valorização das terras, e às facilidades de circulação e atendimento aos mercados.

Destacou que o primeiro processo é o que está ocorrendo em Formosa, Niquelândia e Planaltina, onde as menores unidades tendem a aumentar, em número, em proporção muito maior do que em área, demonstrando a inexistência de fragmentação de propriedades.

O segundo processo, que ocorre em Cristalina, Corumbá de Goiás e Luziânia, é essencialmente caracterizado por uma tendência à expansão das pequenas propriedades, que cresceram em número.

O terceiro processo, atuante em Pirenópolis e Cavalcante,

exatamente os municípios mais afastados de Brasília, é o de redução da importância da pequena unidade agrícola e o consequente reforçamento da grande unidade agrícola.

Assim - concluiu - "a forma pela qual a cidade vai organizar sua periferia deve ser objeto de planejamento. Por outro lado, os planos postos em prática em Brasília só terão êxito se levarem na devida conta as transformações que serão provocadas na periferia.

UTILIZAÇÃO DE TERRAS

O engenheiro Lúcio Gomide Loures, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, declarou ontem no Seminário que no processo de urbanização o tipo e a forma de ocupação do solo são fundamentais, e, se essa ocupação é essencialmente urbana, toda a política que vise a regulamentação do uso do solo deve levar em consideração o seu uso preponderante e os modos de serem obtidos maiores benefícios sócio-econômicos.

"O não atendimento a estas premissas" - frisou - "pode invalidar inclusive as recomendações finais deste Seminário, em momento oportuno conduzido pela Comissão do DF do Senado. A ocupação do solo e o tipo de atividade que nele for implantada é importante ao estabelecimento das correntes de tráfego, à preservação ambiental e ao planejamento orgânico do Distrito Federal como um todo.

DIRETRIZES BÁSICAS

Falando na apresentação do Painel nº 2, do I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, o engenheiro propôs, relativamente à institucionalização do planejamento urbano como processo e adequação do Plano Piloto original à realidade em evolução, as seguintes diretrizes básicas: a) as terras do DF devem permanecer na propriedade pública, "única forma capaz de possibilitar o planejamento urbano harmônico"; b) o planejamento urbano deverá ser global, adequado ao homem, à terra e ao automóvel, eliminando-se a dicotomia Brasília-Cidades-satélites; c) urbanização concentrada de modo a favorecer o relacionamento social, os sistemas de circulação e o meio-ambiente, sem criar perturbações; d) reconhecer no planejamento a existência de aspirações sociais diferenciadas, elaborando planos de forma a atender a essas múltiplas demandas. Incentivar a mobilidade social vertical, adotando padrões urbanísticos elevados que favoreçam a integração social; e) incentiva e favorecer a cultura e a aplicação do conhecimento como meta síntese para o desenvolvimento econômico do DF.

NOVAS ÁREAS

Ressaltou o sr. Lúcio Gomide Loures que, no caso de Brasília, a absorção de novas áreas periféricas, para atender à sua expansão, é desejável e possível, por se tratar, diferentemente das demais cidades brasileiras, de terras de propriedade do Estado e que podem ser corretamente planejadas.

Por "Por mais indesejável que seja o crescimento populacional" -

concluiu - "o planejamento urbano dispõe de instrumentos capazes de minorar seus efeitos, desde que antecipe suas decisões às ocorrências e que leve em consideração as duas escalas hoje fundamentais: o homem e o automóvel".

REGIÃO GEO-ECONÔMICA

Como convidado especial do Seminário, o Prof. Ricardo Libanez Farret, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, lançou a tese de que é urgente a criação da região geo-económica de Brasília, como instrumento capaz de equacionar os crescentes anseios e necessidades de uma área em franco desenvolvimento e que, segundo as estimativas, atingirá uma população de 4,3 milhões de habitantes no final da década.

Farret sustentou que essa região geo-económica, permitindo um planejamento integrado para a área de influência de Brasília e Goiânia, as principais metrópoles do Centro-Oeste, possibilitará o estabelecimento de uma integração interna das atividades econômicas de cerca de 160 cidades de Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal, diminuindo assim a dependência hoje existente dos centros mais desenvolvidos do Sul e fortalecendo a economia regional, de forma a reduzir consideravelmente os escapes de recursos da poupança local.

SUB-ÁREAS

O prof. Farret é de opinião que esse planejamento regional deve fundamentar-se na necessidade de criação de atividades urbanas dimensionadas de acordo com as peculiaridades de cada comunidade, fundamentalmente das sub-áreas principais que compõe o complexo urbano do Centro-Oeste, constituídas por Brasília, Goiânia, Catalão, Pires do Rio e Anápolis.

A propósito, lembrou que hoje em dia a maior parte desses municípios não desenvolve qualquer atividade significativa de inter-relacionamento econômico, a tal ponto que muitos deles - e catalão, no Sul de Goiás, é o maior exemplo - estão mais ligados a São Paulo, via Triângulo Mineiro, do que à própria capital dos Estados, onde se situam e mesmo às cidades vizinhas.

ALTERNATIVAS

Dentro dessa visão de conjunto, Farret apresenta quatro alternativas para a fixação de uma política urbana para a região geo-económica, todas com o mesmo objetivo de criar um sistema capaz de dar ao Centro-Oeste uma economia de escala que atenda ao desenvolvimento da região.

A primeira alternativa, que chama de Poli-Nuclear, implicaria no reforço político-administrativo-económico das sub-áreas que integram a região, separadas de acordo com a importância urbana de cada uma; o segundo, tri-polar, prevê a concentração de esforços no eixo Goiânia-Brasília e Catalão, transformados, assim, em centros de apoio básico ao desenvolvimento regional e com atividades econômicas dimensionadas para os setores secundários e terciários de produção; o terceiro, bi-polar, sedimentaria os atuais eixos Goiânia-Anápolis e Brasília-Taguatinga em áreas metropolitanas únicas; e a última, chamada polo único, seria a consideração de Brasília e Goiânia como um todo urbano, não unificado fisicamente mas planejado e dimensionado para uma atuação como básico de ação regional.

INTEGRAÇÃO

A propósito, Farret sustentou a necessidade de se evitar a dispersão de esforços e recursos no desenvolvimento desta região, lembrando, como exemplo, que Brasília e Goiânia, embora próximas e quase interdependentes em vários setores, dispõem de serviços em duplidade, desde centrais de abastecimento próprias até autódromos individuais.

Além, ressaltou que essa dispersão também é observada na ação dos vários órgãos e programas federais com influência na região, como SUDECO, Ministério do Interior, PRODOESTE, PROTERRA, PIN, PROVALE e outros, sem falar na ação específica de organismos estaduais e municipais voltados para um mesmo objetivo. Por isso, sugere que a frente do planejamento da região geo-económica se situe organismo único, de caráter permanente, talvez diretamente ligado à SUDECO, para aproveitar a estrutura e a experiência desse órgão de desenvolvimento regional.

PLANTA CADASTRAL DO DF

A necessidade de uma planta cadastral do DF foi assinalada no Seminário pelo representante da COTELB, Sr Gildarte Giambastiani da Silva, como providência destinada a evitar a paralisação de obras, que tumultua as vias públicas e dificulta o desenvolvimento da cidade.

Visando à coordenação entre as concessionárias de serviços públicos, sugeriu, também, que os setores competentes da administração determinem o estudo da viabilidade econômica da construção de galerias de uso comum, no sentido longitudinal dos grandes eixos urbanos, para facilitar a implantação de energia elétrica, telefones, águas etc.

Disse o Sr. Gildarte Giambastiani da Silva que para a realização de obras de infra-estrutura urbana é indispensável o cadastro físico do DF.

"As dificuldades de se ter em mãos informações de redes de energia elétrica, de cabos telefônicos etc, tem permitido o lançamento de obras civis em condições incompatíveis com sua localização, provocando acidentes, às vezes com elevados prejuízos. São conhecidas em Brasília as paralisações de obras de terraplenagem pela constatação, na sua execução, da existência de cabos subterrâneos não cadastrados, com as consequentes alterações de projetos e os prejuízos das decorrentes", concluiu.

"Esperamos que o Governador Elmo Serejo Farias saiba extrair todo o proveito de tudo isso, administrando esta Cidade com firmeza, com a dedicação e os ideais daqueles que a conceberam, projetaram e construíram", disse ontem o deputado José Camargo (MDB-SP), ao se referir à realização do I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília.

Elogiando a iniciativa da Comissão do Distrito Federal do Senado, o deputado José Camargo disse ainda que tinha "razões pessoais para alegrar-se com a vinda a Brasília do seu genial criador, pois reiteradamente condenei o estúpido e irresponsável rompimento dos governantes da Cidade com aqueles que a criaram e a construíram, algo de espantoso e quase inconcebível". E mais adiante: "O Seminário que ora se realiza já alcançou muito. Trouxe a Brasília Lúcio Costa e autoridades das mais eminentes em problemas urbanos. Pôs fim ao estado de guerra aqui prevalecente, restabelecendo um diálogo que desaparecerá por completo. Almejamos que essa seja uma transformação política definitiva, a fim de que dela resultem os frutos que todos esperamos e poderão ser abundantes na atual administração".

Finalizando, disse:

"É preciso que insistamos sobre a responsabilidade maior do Governo Federal por tudo que diga respeito a Brasília, já que a construção da cidade foi, é e deve ser obra sua, como pelo fato de ser ele o responsável direto pela administração local, nomeando seu Governador".